



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 12, considere o texto abaixo.

1 A França, berço da tríade de valores modernos de liberdade, igualdade e fraternidade, deu passo temerário ao proibir o uso, em espaços públicos, de véus que cubram totalmente o rosto. Trata-se de uma manifestação de intolerância difícil de reconciliar com os valores que a nação francesa veio a representar no mundo.

5 Na prática, a proibição criminaliza o porte de indumentárias tradicionais em alguns grupos muçulmanos, como o niqab (que deixa só os olhos à mostra) e a burca (que os mantém cobertos por uma tela). A legislação adotada em 2010 entrou em vigor nesta semana e já motivou a aplicação de uma multa de cerca de R\$ 340.

10 A lei interdita o uso de vestimentas que impeçam a identificação da pessoa, sob o pretexto de que essa dissimulação pode favorecer comportamentos suscetíveis de perturbar a ordem pública. Vale para ruas, parques, escolas, repartições, bibliotecas, hospitais, delegacias e ginásios de esporte. Domicílios, veículos particulares e locais de culto ficam excetuados.

15 Nesse grau de generalidade, a lei se aplicaria a qualquer acessório – como máscaras ou capacetes – que oculte o rosto. A intenção de discriminar muçulmanas transparece quando se considera a exceção feita na lei: máscaras usadas no contexto de festas, manifestações artísticas ou procissões religiosas, "desde que se revistam de caráter tradicional".

20 Cristãos, portanto, podem cobrir o rosto no Carnaval, no Halloween ou em procissões. Muçulmanas, no dia a dia, não – ainda que a peça seja de uso tradicional. O argumento da obrigatoriedade de identificação é ponderável. A própria legislação admite que a identidade seja confirmada em recinto policial. A imposição de multa, porém, parece abusiva.

25 A roupa e o uso de adereços – como crucifixos ou outros símbolos religiosos – deveriam ser considerados parte integrante do direito à expressão da personalidade, o que inclui a fé. Decerto que em muitos casos o uso do véu é imposto pela família e pode ser um símbolo de sujeição da mulher, mas basta uma que o faça por vontade própria para que a lei resulte em violação de seus direitos.

30 A medida extrema só encontra explicação no sentimento xenófobo que se dissemina pela França. Vem a calhar para o presidente Nicolas Sarkozy, que parece disposto a tudo para melhorar seus índices de popularidade.

(Folha de S. Paulo. Opinião. 13 de abril de 2011)

1. O título que dá conta do assunto tratado com prioridade no texto é:
 - (A) Privilégios dos cristãos.
 - (B) Intolerância à francesa.
 - (C) Datas religiosas e pagãs.
 - (D) Índices de popularidade de *Nicolas Sarkozy*.
 - (E) Lugares públicos e privados.
2. O autor do editorial, ao
 - (A) referir-se a *berço* (linha 1), reconhece a França como origem de valores fundamentais, mas, ao mencionar *modernos* (linha 1), critica o anacronismo da *tríade* (linha 1).
 - (B) falar em *intolerância* (linhas 4 e 5), toma como ponto de referência a cultura europeia contemporânea, que ele considera nada dever à tradição francesa.
 - (C) caracterizar *passo* (linha 2), manifesta uma avaliação pessoal sobre a lei francesa, passando a fundamentar sua apreciação ao longo do texto.
 - (D) mencionar *niqab* e *burca* (linha 9), defende que, na realidade, essas indumentárias são símbolos dos crimes praticados por certos grupos muçulmanos.
 - (E) citar a *legislação adotada em 2010* (linhas 10 e 11), inicia a argumentação que desabonará totalmente a lei que trata do uso de véus, visto que essa lei não preceitua nada que mereça séria consideração.
3. No aproveitamento que o autor fez da ideia, o *grau de generalidade* citado (linha 20) remete mais especificamente à não
 - (A) citação do número da *lei* (linha 13).
 - (B) identificação da *pessoa* (linha 14).
 - (C) caracterização da forma como a lei *interdita* (linha 13).
 - (D) definição do *pretexto* (linha 14).
 - (E) especificação de *vestimentas* (linha 13).
4. A expressão do texto que está corretamente entendida é:
 - (A) (linhas 4 e 5) *manifestação de intolerância difícil de reconciliar* / forma de repressão que se manifesta pela dificuldade de conciliação com as pessoas.
 - (B) (linhas 5 e 6) *valores que a nação francesa veio a representar no mundo* / qualidades francesas que poderiam se tornar símbolos mundiais.
 - (C) (linhas 7 e 8) *a proibição criminaliza o porte de indumentárias tradicionais* / a interdição acaba produzindo o crime de porte ilegal de indumentárias tradicionais.
 - (D) (linhas 14 e 15) *sob o pretexto de que essa dissimulação* / com a alegação de que essa ocultação.
 - (E) (linhas 15 e 16) *pode favorecer comportamentos suscetíveis de perturbar a ordem pública* / favoreceria comportamentos passíveis de atentar contra regimes democráticos.



5. *A própria legislação admite que a identidade seja confirmada em recinto policial. A imposição de multa, porém, parece abusiva.*
- Propõe-se a organização das frases acima num só bloco, iniciado por “A imposição de multa parece abusiva”. Para que o sentido original se mantenha, as frases terão de ser conectadas por meio de
- (A) ainda que.
(B) mas.
(C) dado que.
(D) contanto que.
(E) visto que.
-
6. É correto afirmar:
- (A) Os parênteses (linhas 9 e 10), nos dois casos, acolhem retificação do significado comumente atribuído às palavras *niqab* e *burca*.
(B) Os termos separados por vírgulas e unidos pelo e (linhas 16 a 18) – *Vale para ruas [...] e ginásios de esporte* – formam sequência que vai do ambiente menor para o maior.
(C) As aspas (linhas 25 e 26) indicam que o autor do segmento não é o editorialista.
(D) O travessão depois da palavra *não* (linha 29) é exigência, pois ele sinaliza que a expressão *podem cobrir* foi suprimida.
(E) Os travessões (linhas 34 e 35) isolam uma comparação, alojando os termos considerados superiores aos demais.
-
7. O segmento que expressa ponto de vista normativo por parte do editorialista é:
- (A) *A França, berço da tríade de valores modernos de liberdade, igualdade e fraternidade, deu passo temerário...*
(B) *Na prática, a proibição criminaliza o porte de indumentárias tradicionais em alguns grupos muçulmanos...*
(C) *A legislação adotada em 2010 entrou em vigor nesta semana...*
(D) *A imposição de multa, porém, parece abusiva.*
(E) *A roupa e o uso de adereços – como crucifixos ou outros símbolos religiosos – deveriam ser considerados parte integrante do direito à expressão da personalidade...*
-
8. *Decerto que em muitos casos o uso do véu é imposto pela família e pode ser um símbolo de sujeição da mulher, mas basta uma que o faça por vontade própria para que a lei resulte em violação de seus direitos.*
- Considerado o trecho acima, em seu contexto, é legítimo afirmar:
- (A) O emprego de “Certamente”, no lugar de *Decerto*, expressaria a ideia de certeza, não encontrada no trecho.
(B) Transpondo o uso do véu é imposto pela família para a voz ativa, a forma verbal obtida é “impõe”.
(C) A ausência de vírgula após *muitos casos* constitui deslize do autor, pois, nesse específico contexto, ela é obrigatória.
(D) Se, em vez de *uma*, fossem consideradas “duas mulheres”, o segmento estaria correto assim “mas basta duas que os faça...”.
(E) A expressão *para que* introduz a finalidade de uma ação, finalidade que o autor considera desejável.
-
9. O modo verbal que faz referência a um evento incerto está presente em
- (A) (linhas 22 e 23) *transparece*.
(B) (linha 23) *considera*.
(C) (linha 25) *revistam*.
(D) (linhas 36 e 37) *inclui*.
(E) (linha 39) *basta*.
-
10. *A medida extrema só encontra explicação no sentimento xenófobo que se dissemina pela França. Vem a calhar para o presidente Nicolas Sarkozy, que parece disposto a tudo para melhorar seus índices de popularidade.*
- No que se refere ao trecho acima, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) Substituindo *só encontra explicação no sentimento xenófobo* por “só se explica pelo sentimento xenófobo”, o sentido e a correção originais são preservados.
(B) A palavra *xenófobo* está grafada corretamente, assim como ocorre com “xecar”.
(C) O segmento *que se dissemina pela França* corresponde à formulação “que a França dissemina”.
(D) O pronome *seus* remete à *França*.
(E) Se em vez de *para melhorar* fosse usada a forma “para que melhore”, a correção da frase estaria garantida.
-
11. *A roupa e o uso de adereços – como crucifixos ou outros símbolos religiosos – deveriam ser considerados parte integrante do direito à expressão da personalidade, o que inclui a fé.*
- Outra redação para o segmento acima destacado, clara, e que preserva o sentido e a correção originais, é:
- (A) admitidos como interagindo com o direito que se tem à exprimir a personalidade.
(B) analisados como sendo do direito de cada um de expressar-se enquanto personalidade, configurando parte integrante daquele.
(C) vistos como parte da personalidade que se exprime em suas partes integrantes.
(D) tidos como inerentes ao direito de expressão da personalidade.
(E) defendidos fazendo parte do direito da pessoa de exprimir sua personalidade, parte esta integrante desse direito.
-
12. Alterada a pontuação original, a frase que mantém a correção é:
- (A) Trata-se: de uma manifestação de intolerância difícil, de reconciliar com os valores que a nação francesa veio a representar no mundo.
(B) A legislação adotada em 2010 entrou em vigor nesta semana; e já motivou a aplicação de uma multa de cerca de R\$ 340.
(C) Nesse grau de generalidade, a lei se aplicaria a qualquer acessório como máscaras, ou capacetes que oculte o rosto.
(D) A própria legislação, admite: – que a identidade seja confirmada, em recinto policial.
(E) A medida extrema só, encontra explicação, no sentimento xenófobo que se dissemina pela França.



13. Entre as frases que seguem, a única correta é:
- (A) Ele se esqueceu de que?
 - (B) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.
 - (C) Embora devermos, não fomos excessivos nas críticas.
 - (D) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
 - (E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.
14. Está corretamente empregada a palavra destacada na frase
- (A) Constitue uma grande tarefa transportar todo aquele material.
 - (B) As pessoas mais conscientes requereram anulação daquele privilégio.
 - (C) Os fiscais reteram o material dos artistas.
 - (D) Quando ele vir até aqui, trataremos do assunto.
 - (E) Se eles porem as pastas na caixa ainda hoje, pode despachá-la imediatamente.
15. A palavra destacada que está empregada corretamente é:
- (A) Diante de tantos abaixos-assinados, teve de acatar a solicitação.
 - (B) Considerando os incontestáveis contra-argumento, reconheceu a falha do projeto.
 - (C) Ele é um dos mais antigos tabeliões deste cartório.
 - (D) Os guardas-costas do artista foram agressivos com os jornalistas.
 - (E) Os funcionários da manutenção já instalaram os corrimãos.
16. A alternativa que apresenta frase correta é:
- (A) Houvessem conseguido os ingressos para o espetáculo, não se incomodariam com a previsão de excesso de público.
 - (B) É útil, dado a quantidade de máquinas avariadas, as constantes revisões feitas pelos especialistas, com o que evita-se muitas contrariedades.
 - (C) Últimas pesquisas de importante veículo de comunicação apontou que a juventude, sejam quais for a motivação, passa cada vez mais tempo na internet.
 - (D) Encaminhando a correspondência aos moradores do edifício, avisou-lhes de que estavam recebendo importante comunicação do síndico.
 - (E) Não lhe pareciam muito cabível as recomendações do assessor, por isso resolveu não seguir-lhes totalmente à risca, mas não deixou de desculpar-se por fazê-lo.
17. O segmento grifado está empregado corretamente em:
- (A) A incompatibilidade da encomenda e a prestação de serviços gerou o conflito.
 - (B) A curiosidade é inata do ser humano.
 - (C) Foi sempre devotado pela ciência.
 - (D) A sua declaração o indispôs com os colegas.
 - (E) Compenetrou-se sobre a necessidade de estudar.
18. Os pais do estudante na matrícula devem apresentar seus documentos, e que as fotos devem, obrigatoriamente, estarem nítidas.
- A redação que torna o aviso acima claro e correto é:
- (A) Os pais do estudante, no ato da matrícula, devem apresentar seus documentos cujas fotos devem obrigatoriamente, estar nítidas.
 - (B) Ao fazer a matrícula do estudante, os pais devem apresentar seus documentos, cujas as fotos devem ser nítidas, obrigatoriamente.
 - (C) No ato da matrícula, os pais devem apresentar os documentos do estudante, obrigatoriamente com fotos nítidas.
 - (D) As fotos que devem ser nítidas, devem ser apresentadas pelos pais do estudante ao fazer a matrícula.
 - (E) É obrigatório tanto que os pais do estudante, na matrícula, apresentem os documentos dele e também com fotos nítidas.
19. Deixando o porto, o motor quebrou; ao examinar seu defeito, ele voltou a funcionar.
- Considere que a frase acima se refere ao motor de um barco. Levando em conta a correção e a clareza, assinale o legítimo comentário.
- (A) Está redigida de modo claro e também correto; quanto a não se mencionar "barco": é irrelevante, pois a proximidade entre "motor" e "porto" evidencia que se trata de um "barco".
 - (B) Necessita de uma única correção, no início da frase: "Quando o barco deixou o porto".
 - (C) Necessita destas únicas correções: a substituição do ponto e vírgula pelo ponto final e o conseqüente emprego da letra maiúscula em "ao".
 - (D) Necessita de reformulação nos segmentos iniciais de cada uma de suas partes, respectivamente: "Quando o barco deixou o porto" e "ao ter seu defeito examinado".
 - (E) Necessita de reformulação nos segmentos iniciais de cada uma de suas partes, respectivamente: "Ao deixar o porto" e "quando examinou seu defeito".
20. Eles avançavam cautelosamente. Quanto mais avançavam, mais cautela eles tinham. Eles temiam as zonas escuras da grande floresta.
- As três frases acima estão reorganizadas, de modo claro e correto, em:
- (A) Eles avançavam mais cautelosamente, pois era o temor de zonas escuras da grande floresta, que nela se adentrava.
 - (B) À medida que avançavam na grande floresta, tornavam-se mais e mais cautelosos, pois lhe temiam as zonas escuras.
 - (C) Era por causa das zonas escuras que avançavam cautelosamente, e mais ainda, era o temor da grande floresta.
 - (D) Avançando na grande floresta, que tinham temor de suas zonas escuras, eram cautelosos cada vez mais.
 - (E) Por temer a grande floresta e suas zonas escuras, era com cautela, e sempre mais que eles avançavam passo a passo.



Noções de Informática	Noções Arquivologia
<p>21. No <i>Windows XP Service Pack 3</i>, além do Painel de Controle é possível adicionar ou remover programas na respectiva opção existente na janela Meu computador. Ela está localizada</p> <p>(A) no menu Arquivo. (B) em Tarefas do sistema. (C) no menu Editar. (D) no menu Ferramentas. (E) em Outros locais.</p>	<p>26. Quando os arquivos originários de uma instituição mantêm sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa, diz-se que foi respeitado o princípio</p> <p>(A) das três idades. (B) da ordem original. (C) do arranjo. (D) da temporalidade. (E) da proveniência.</p>
<p>22. Considere o componente que tem duas unidades idênticas conectadas à placa mãe, permitindo, dessa forma, duplicar a velocidade de comunicação para atender com maior rapidez o fornecimento de dados requeridos pelo processador.</p> <p>Trata-se do componente</p> <p>(A) disco rígido. (B) <i>pen drive</i>. (C) <i>drive</i> de CD/DVD. (D) memória RAM. (E) monitor de LCD.</p>	<p>27. Em seu ciclo vital, os arquivos passam por fases sucessivas a que se convencionou chamar de corrente, intermediária e permanente. O ingresso de documentos nesta última etapa é conhecido como</p> <p>(A) recolhimento. (B) encaminhamento. (C) passagem. (D) remessa. (E) transferência.</p>
<p>23. Atribuir senha a um arquivo do <i>Word 2003</i>, de maneira que, somente usuários autorizados (que conheçam a senha) possam abrir esse arquivo é uma tarefa de configuração feita através de cliques com o botão esquerdo do mouse no menu</p> <p>(A) Arquivo → Permissão → Configuração de senha. (B) Ferramentas → Proteger documento → Aplicar proteção. (C) Formatar → Proteger documento → Definir senha. (D) Formatar → Definir senha → Salvar senha. (E) Arquivo → Salvar como → Ferramentas → Opções de segurança.</p>	<p>28. Guia, inventário e catálogo são instrumentos de</p> <p>(A) ordenação. (B) notação. (C) pesquisa. (D) destinação. (E) organização.</p>
<p>24. Quando se utiliza o <i>Webmail</i>, os <i>e-mails</i> que chegam, via de regra, são</p> <p>(A) armazenados no servidor de recebimento. (B) descarregados no computador do usuário. (C) armazenados no servidor de saída. (D) descarregados no servidor de arquivos, na pasta do usuário. (E) armazenados no servidor de páginas da internet.</p>	<p>29. Petição, ficha, papel e cópia são, respectivamente, exemplos de</p> <p>(A) tipo, gênero, formato e espécie. (B) suporte, técnica de registro, forma e tipo. (C) formato, espécie, tipo e gênero. (D) espécie, formato, suporte e forma. (E) forma, suporte, gênero e formato.</p>
<p>25. Em relação aos tipos de <i>backup</i>, é correto afirmar que o <i>Backup Incremental</i></p> <p>(A) é uma cópia extraída diariamente, contendo todos os incrementos que ocorreram no sistema operacional. (B) é uma cópia de segurança que incrementa todas as inclusões e alterações de programas e configurações. (C) é a cópia de segurança na qual são copiados somente os arquivos alterados depois do último <i>backup</i>. (D) copia todos os arquivos do sistema operacional, assinalando aqueles que foram alterados. (E) é programado para ser executado sempre que houver alteração nos dados armazenados.</p>	<p>30. Dentre os procedimentos a serem observados para assegurar a preservação de documentos nos arquivos, recomenda-se mantê-los</p> <p>(A) em subsolos e porões, sobretudo quando próximos de lençóis freáticos, a fim de evitar sobrecarga nos pisos superiores do edifício. (B) separados das áreas de consulta, observando as temperaturas e graus de umidade relativa adequados a cada suporte. (C) sob insolação permanente, para que não proliferem fungos e outros micro-organismos nocivos aos seus diferentes suportes. (D) em ambientes iluminados por lâmpadas fluorescentes desprovidas de filtros bloqueadores. (E) em áreas de depósito amplas, acima de 200 m², de preferência sem compartimentos internos.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. O partido político PAAEE só poderá registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral após
- (A) adquirir personalidade jurídica, na forma da Lei civil.
 - (B) receber recursos do fundo partidário ou de qualquer origem.
 - (C) prestar contas à Justiça Eleitoral e aos demais partidos políticos.
 - (D) prestar contas à União e à respectiva unidade federal.
 - (E) demonstrar à Justiça Eleitoral que não é mantido por organização paramilitar ou não.
32. No tocante à Organização Político-Administrativa, a União repassou para determinada Igreja verba pública para o auxílio de trezentas crianças carentes e desabrigadas, sendo que com tal repasse as crianças foram todas tiradas da rua e abrigadas numa instituição controlada pela Igreja. Esse repasse de verba é
- (A) ilícito porque não há previsão na Constituição Federal que autorize.
 - (B) ilícito porque a Constituição Federal proíbe expressamente a União de manter relação com Igreja para tal finalidade.
 - (C) permitido pela Constituição Federal porque visa o interesse público.
 - (D) vedado pela ausência de interesse público.
 - (E) ilícito porque o Poder Público é quem deve, com exclusividade, auxiliar diretamente as crianças, não podendo delegar essa função para uma Igreja.
33. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de
- (A) vinte, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.
 - (B) vinte e quatro, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de oito.
 - (C) trinta, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de oito.
 - (D) doze, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de seis.
 - (E) trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
34. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar, para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes, o percentual de
- (A) 6% (seis por cento).
 - (B) 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento).
 - (C) 5% (cinco por cento).
 - (D) 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).
 - (E) 7% (sete por cento).

35. No que se refere à fiscalização contábil, financeira e orçamentária é certo que, o auditor, quando em substituição a Ministro do Tribunal de Contas, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de
- (A) Juiz de Tribunal Regional Eleitoral.
 - (B) Juiz de Tribunal Regional Federal.
 - (C) Advogado Geral da União.
 - (D) Procurador da República.
 - (E) Juiz de Tribunal de Justiça de Estado.

36. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,
- (A) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.
 - (B) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.
 - (C) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
 - (D) os *habeas corpus* quando o coator for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
 - (E) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

Noções de Direito Eleitoral

37. As arguições de inelegibilidade, relativas a candidatos a Senador, Deputado Federal e Prefeito Municipal serão feitas, perante
- (A) o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, respectivamente.
 - (B) o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, respectivamente.
 - (C) os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, respectivamente.
 - (D) o Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) os Tribunais Regionais Eleitorais.
38. José, apesar de não ser filiado a partido político, deseja candidatar-se a Vereador nas eleições municipais da cidade em que possui domicílio eleitoral há muitos anos e trabalha como vendedor autônomo. Nesse caso
- (A) só poderá candidatar-se sem filiação a partido político, como candidato avulso e independente, se os partidos não tiverem preenchido todas as vagas.
 - (B) poderá candidatar-se sem filiação a partido político, como candidato avulso e independente.
 - (C) deverá obter o apoio, através de documento assinado, de pelo menos cem eleitores da mesma circunscrição eleitoral.
 - (D) deverá filiar-se a partido político pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições.
 - (E) deverá obter o apoio, através de documento assinado, de pelo menos dez por cento dos eleitores da mesma circunscrição eleitoral.



<p>39. A incorporação de um partido a outro</p> <p>(A) é vedada pela legislação eleitoral vigente.</p> <p>(B) só poderá ser feita por decisão dos respectivos órgãos nacionais de deliberação.</p> <p>(C) pode ser determinada, de ofício, pelo Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(D) pode ocorrer por deliberação dos órgãos de direção do partido incorporando, sem necessidade de anuência do partido incorporador.</p> <p>(E) pode ser determinada, de ofício, pelos Tribunais Regionais Eleitorais.</p>	<p>43. NÃO se inclui dentre os documentos que devem instruir o pedido de registro de candidatos:</p> <p>(A) certidão de quitação eleitoral.</p> <p>(B) autorização do candidato, por escrito.</p> <p>(C) declaração de bens, assinada pelo candidato.</p> <p>(D) propostas defendidas pelo candidato a Deputado Federal.</p> <p>(E) certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual.</p>
<p>40. No que concerne à propaganda partidária gratuita, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão, é</p> <p>(A) permitida a participação de pessoa filiada a partido que não o responsável pelo programa.</p> <p>(B) vedada a divulgação da posição do partido em relação a temas político-comunitários.</p> <p>(C) permitida a transmissão de mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário.</p> <p>(D) vedada a transmissão de eventos relacionados ao programa partidário.</p> <p>(E) permitida a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos.</p>	<p>44. A respeito da arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, é correto afirmar:</p> <p>(A) As pessoas físicas poderão fazer, livremente e sem qualquer limitação, doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para as campanhas eleitorais.</p> <p>(B) Se o candidato a cargo eletivo designar pessoa para a administração financeira de sua campanha, somente esta será responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.</p> <p>(C) As doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro recebidas de entidade de classe ou sindical estão sujeitas ao limite de R\$ 50.000,00.</p> <p>(D) A abertura de conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha não é obrigatória para os candidatos, mas apenas para os comitês financeiros.</p> <p>(E) Os candidatos e comitês financeiros estão obrigados à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.</p>
<p>41. É permitida a propaganda eleitoral por meio de</p> <p>(A) faixas fixadas em viaduto sobre via pública de tráfego intenso.</p> <p>(B) faixa fixada em postes de iluminação pública.</p> <p>(C) placas instaladas em centro comercial de propriedade privada.</p> <p>(D) impressos, pedindo o voto para diversos candidatos do partido.</p> <p>(E) estandartes colocados em passarela de pedestres.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>45. Considere as seguintes assertivas concernentes aos interessados em participar da licitação na modalidade convite:</p> <p>I. São escolhidos e convidados, em regra, em número mínimo de dois.</p> <p>II. Podem ser cadastrados ou não.</p> <p>III. Devem ser do ramo pertinente ao objeto da licitação.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>42. A respeito dos debates transmitidos por emissora de rádio ou televisão, considere:</p> <p>I. Nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia.</p> <p>II. Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate.</p> <p>III. É permitida a presença de um mesmo candidato a eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) III.</p>	<p>46. Considere a seguinte hipótese: o município desapropria um imóvel de propriedade de desafeto do Chefe do Executivo com o fim predeterminado de prejudicá-lo. O exemplo narrado</p> <p>(A) caracteriza hipótese de vício no objeto do ato administrativo.</p> <p>(B) corresponde a vício de forma do ato administrativo.</p> <p>(C) corresponde a vício no motivo do ato administrativo.</p> <p>(D) corresponde a desvio de finalidade.</p> <p>(E) não caracteriza qualquer vício nos requisitos dos atos administrativos, haja vista a competência discricionária do Poder Público.</p>



47. Analise as seguintes assertivas acerca das disposições previstas na Lei nº 8.429/92:

- I. Constitui contravenção penal a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. As sanções de perda da função pública e suspensão dos direitos políticos poderão se efetivar antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- IV. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e III.

48. Segundo a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é certo que

- (A) o ato de delegação especificará, dentre outras questões, as matérias e os poderes transferidos, não podendo, porém, conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
- (B) o ato de delegação e sua revogação não necessitam de publicação em meio oficial.
- (C) a edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- (D) matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação.
- (E) o ato de delegação não especificará a duração e os objetivos da delegação, embora deva conter outras informações em seu conteúdo.

49. A ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda ou impede sua execução, como por exemplo, quando a Administração deixa de entregar o local da obra ou serviço, denomina-se

- (A) estado de perigo.
- (B) fato do príncipe.
- (C) caso fortuito.
- (D) força maior.
- (E) fato da Administração.

50. O *regimento* é ato administrativo

- (A) ordinatório.
- (B) normativo.
- (C) enunciativo.
- (D) negocial.
- (E) punitivo.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

51. Deocleciano foi empossado como servidor efetivo do cargo público "X". De acordo com a Lei nº 8.112/90, Deocleciano

- (A) terá o prazo de quinze dias para entrar em exercício, contados da data da posse.
- (B) terá o prazo de trinta dias para entrar em exercício, contados do primeiro dia útil posterior à data da posse.
- (C) entrará em exercício imediatamente, tendo em vista que a posse e o exercício são atos que devem ser realizados obrigatoriamente concomitantemente.
- (D) terá o prazo de dez dias para entrar em exercício, contados do primeiro dia útil posterior à data da posse.
- (E) terá o prazo de dez dias prorrogáveis por mais dez, contados da data da posse.

52. Segundo a Lei nº 8.112/90, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo

- (A) não ficará sujeito a estágio probatório tendo em vista que o estágio probatório só é necessário para o exercício de cargo em comissão.
- (B) ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 meses.
- (C) ficará sujeito a estágio probatório por período único de 12 meses.
- (D) ficará sujeito a estágio probatório por período de 30 meses.
- (E) ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 meses.

53. A Recondução que é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrerá, dentre outra hipótese, de

- (A) transferência do anterior ocupante.
- (B) disponibilidade do anterior ocupante.
- (C) aproveitamento do anterior ocupante.
- (D) reintegração do anterior ocupante.
- (E) readaptação do anterior ocupante.

54. A Lei nº 8.112/90 estabelece que, dentre outras hipóteses, a vacância do cargo público decorrerá de

- (A) falecimento, exoneração e aproveitamento.
- (B) exoneração, demissão e nomeação.
- (C) promoção, readaptação e aposentadoria.
- (D) aproveitamento, promoção e exoneração.
- (E) nomeação, readaptação e falecimento.

55. De acordo com a Lei nº 8.112/90, para as condutas de abandono de cargo, acumulação ilegal de funções públicas e proceder de forma desidiosa será aplicada a pena de

- (A) demissão, demissão e advertência escrita, respectivamente.
- (B) advertência escrita.
- (C) suspensão de, no máximo, 30 dias.
- (D) demissão, advertência escrita e demissão, respectivamente.
- (E) demissão.



**Regimento Interno do Tribunal
Regional Eleitoral do Amapá**

56. No que diz respeito à organização do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, deverá participar do Tribunal,
- (A) mediante eleição, dois Juízes, dentre Juízes de Direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça desse Estado.
 - (B) mediante escolha do Tribunal Regional da 1ª Região, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça desse Estado.
 - (C) por nomeação do Presidente da República, o Presidente do Tribunal de Justiça desse Estado.
 - (D) por nomeação do Presidente da República, o Corregedor do Tribunal de Justiça desse Estado.
 - (E) mediante eleição, o Procurador-Geral de Justiça desse Estado escolhido pelo respectivo Tribunal de Justiça.
-
57. No que diz respeito às sessões
- (A) o Tribunal deliberará com a presença mínima de 4 (quatro) de seus membros.
 - (B) destinadas a comemorações ou recepções de pessoas eminentes não serão solenes.
 - (C) durante as férias, o Tribunal reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação de um dos Juízes.
 - (D) em qualquer período o Tribunal reunir-se-á uma única vez durante a semana para suas sessões.
 - (E) poderão ser públicas ou privadas, a critério do Procurador-Regional Eleitoral.
-
58. Dentre outras, é considerada atribuição do Presidente do Tribunal
- (A) decretar, nos mandados de segurança, a caducidade ou a perempção da medida liminar, *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público, nos casos previstos em lei.
 - (B) aplicar ao Escrivão Eleitoral ou a funcionário do cartório a pena disciplinar de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias, conforme a gravidade da falta.
 - (C) exercer a ação pública e promovê-la até o final, ou providenciar o arquivamento, em todos os feitos da competência originária do Tribunal.
 - (D) preparar o processo de *Habeas Corpus* e Mandado de Segurança da competência originária do Tribunal, durante o recesso.
 - (E) inspecionar nos serviços eleitorais, se há erros ou abusos que devam ser evitados ou sanados, determinando, por provimento, a providência a ser tomada ou a alteração a se fazer.
-
59. Dentre outras, NÃO se considera situação que regula a antiguidade dos Juízes no Tribunal
- (A) o anterior exercício como efetivo ou substituto.
 - (B) a idade.
 - (C) a data da indicação ou nomeação.
 - (D) o posterior exercício como substituto.
 - (E) a data da posse.
-
60. O inquérito administrativo contra Juiz Eleitoral correrá com a presença do
- (A) Juiz Eleitoral mais antigo.
 - (B) Diretor-Geral da Secretaria.
 - (C) Procurador-Regional ou seu delegado.
 - (D) Representante do Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) Representante indicado pelos Partidos Políticos.